

O trabalho de cuidado como campo de pesquisa

Entrevista com *Michelle Franco Redondo*¹

GISELE ALMEIDA: Tua formação de pós graduação foi feita na França, e vemos que você tem dois trabalhos de dissertação de mestrado. O primeiro de 2009, intitulado “Au pair: Une nouvelle version pour une vieille forme de domination?” (Au pair: uma nova versão de uma antiga forma de dominação?) e o segundo, de 2010, “Au pair: care et Pouvoir: Brésiliennes au pair en France: une étude de cas (Au pair: care e poder: brasileiras au pair na França: um estudo de caso) que teve como objetivo compreender as relações de poder que delineiam o programa au pair, a partir do caso das brasileiras na França. Você poderia nos contar como foi que começou teu interesse com a temática do programa “au pair”.

MICHELLE REDONDO: Isso mesmo. Fiz o Master 1 e o 2 na França e depois validei meu diploma pela Unicamp no Brasil, inclusive a Profa. Dra. Rosana Baeninger [Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas], que foi sua orientadora, fez parte da comissão que validou meu diploma. O interesse pelo tema “au pair” veio da minha própria experiência como participante desse programa. Um dia, um professor, ao ler meu trabalho se lembrou de um verso de uma fábula do La Fontaine: “J'étais là; telle chose m'advint”, que pode ser traduzido por: “Eu estava lá, e isso aconteceu comigo”. Acho que é bem por aí. Eu cheguei na França em 2008, como participante do programa au pair, brinco dizendo que, uma vez na casa da família de acolhida, a pulga sociológica me mordeu e eu comecei a me questionar sobre o funcionamento do programa e sobre a experiência de outras brasileiras. Dessa maneira, comecei a questionar o que o “au pair” nos contava sobre nossa organização social, sobre as relações de classe, de sexo e de raça e, desse prisma, passei a refletir sobre o trabalho doméstico e o cuidar que o envolve. Eu não conseguia passar o meu dia sem me colocar questões a respeito da minha experiência e minha necessidade de investigar foi se impondo a mim mesma. (“J'étais là; telle chose m'advint”). Foi assim que me lancei no primeiro ano de mestrado, que não é obrigatório para brasileiros, portanto, eu também podia utilizá-lo para aprimorar a língua. Neste momento, além da leveza de não estar em um curso obrigatório, eu tinha uma orientadora que falava português, a Helena Hirata. Neste contexto, as coisas pareciam simples. No entanto, foi aí que eu senti a perda de alguns dos meus privilégios: o de dominar uma língua, o de não precisar trabalhar fora e dentro do espaço doméstico, o de não precisar cuidar de alguém além de mim. De maneira direta, eu cuidava da criança e de maneira indireta dos outros membros da família (pais e irmãos). Assim, eu fui entendendo uma outra realidade, fui tomando consciência do que era realizar o trabalho doméstico/do cuidar para terceiros e, de

¹ Michelle é doutora em Ciência Política pela Université Paris 8 Saint-Denis (França) e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Mestre em Sociologia pela Université Paris 8 - Saint-Denis (2008-2010) e pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Graduada em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia e Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil (2001-2005). É pós-doutoranda no Centre de Recherches Sociologiques et Politiques - CRESPPA à Paris e membra do Laboratoire d' Études de genre et de sexualité -LEGS. Ambos ligados à Universidade de Paris 8.

uma maneira bem particular, fui sentindo na pele o que era a dupla ou tripla jornada de trabalho. Neste contexto, eu comecei uma trajetória etnográfica com algumas particularidades. A mais evidente delas, é que diferente das “etnografias clássicas” eu estava indo ao encontro dos meus pares (as outras garotas brasileiras que estavam na França como au pair) e não de um outro grupo. Eu iria descobri-las, mas a nossa realidade tinha o mesmo contorno: estrangeiras na França, dentro de um programa dito de intercâmbio cultural. A nossa realidade no Brasil nos levava a migrar por este meio, isso não era um acaso, nós fazíamos parte de um mesmo grupo, que migrava nem como estudantes, nem como trabalhadoras. Estávamos “entre dois”, o que isso significava? Sua pesquisa, Gisele, ao apresentar o perfil dos imigrantes brasileiros na França, auxilia nessa resposta. Enfim, minhas semelhanças com o grupo o qual eu estudava exigiu um outro tipo de rigor com a pesquisa, que mais tarde, culminou em uma autossocioanálise.

GISELE ALMEIDA: O que é o “care”? E o “Care”? Você explica esta distinção em seus textos, poderia resumir as distinções entre os termos e seus usos com letra minúscula e maiúscula?

MICHELLE REDONDO: Essa é uma distinção que eu procuro fazer entre o momento que eu me refiro à perspectiva teórica e entre o momento que falo do objeto de estudo. O Care, com letra maiúscula, não se refere ao trabalho do cuidado/do cuidar ou ao trabalho do doméstico. O uso da letra maiúscula anuncia a perspectiva teórica utilizada como ferramenta para analisar o objeto do estudo. No caso, o care, com letra minúscula, ou seja, o cuidar e o cuidado que são muitas vezes, anunciados na expressão “trabalho doméstico” constituem o objeto de estudo. Fazer essa diferenciação com as letras maiúsculas e minúsculas, ao meu ver, é importante para evidenciar com qual perspectiva-teórica estamos trabalhando, para que, enquanto pesquisadores, nos posicionemos e sejamos localizados. Como em outras perspectivas teóricas, há um trabalho na construção do Care, um debate intelectual. Esta perspectiva toma como base nossa vulnerabilidade e nossa interdependência, nela as emoções são levadas em conta, ela preza pela descrição e tem uma pergunta norteadora. Portanto, ir para o campo, analisar e descrever os fatos tendo como base o Care, implica em considerar novos pontos de vistas, ter uma outra conduta de pesquisa, que, por sua vez, resulta em colocar em evidência outros aspectos. Se não fosse assim, não seria algo novo, mas apenas a tradução do português para o inglês da palavra cuidado e cuidar ou, ainda, no caso da minha pesquisa, apenas a substituição do termo “trabalho doméstico” por trabalho do care. Portanto, acredito que seja importante evidenciar que estamos conscientes das diferenças que surgem quando a análise é realizada com base na perspectiva do Care e que não estamos apenas aderindo à uma mudança no vocabulário. Preciso dizer que não deixo de ver a solução fácil para a diferenciação da perspectiva do objeto nos textos em português, que seria utilizar Care para a perspectiva teórica e o “cuidar e cuidado”, para o objeto de estudo. Dessa forma, deixando de lado o “care” com letra minúscula. No entanto, nos textos que escrevi até agora levei em consideração que estou falando de um campo de pesquisa

novo e quis deixar clara a minha filiação com a escola francesa e feminista, utilizando o termo também em inglês para “cuidar e cuidado”.

GISELE ALMEIDA: Lendo teus trabalhos, fica muito evidente que o “care” e o “poder”, vistos de forma articulada, trazem à tona uma denúncia dos efeitos perversos do sistema sexo/gênero hegemônico, na medida em que a politização do cuidar e do cuidado revela as bases do patriarcalismo. Estou correta nesta consideração? Poderia comentá-la?

MICHELLE REDONDO: Está correta, sim. Podemos dizer que desde a sua origem o Care revela as bases do patriarcado. Naquele momento, Carol Gilligan (a psicóloga que nos ofereceu as bases para a construção da perspectiva do Care) mostrou que um tipo de raciocínio, (o qual foi, mais tarde, associado ao care) era considerado como inferior a um outro raciocínio. De acordo com esses parâmetros, e com base nas amostragens utilizadas, concluía-se que o desenvolvimento moral das mulheres era inferior ao dos homens. Ao mostrar que não se tratava de uma questão de inferioridade, mas apenas de uma outra forma de pensar que precisava ser considerada, Gilligan começa a dar espaço a essa “voz diferente” que é sufocada pelas bases do patriarcalismo e a denunciar os efeitos perversos do sistema sexo/gênero hegemônico, como você disse. Então, por etapas, podemos observar que: 1- o fato da pesquisa sobre desenvolvimento moral - na qual Gilligan estava envolvida - constatar que um número maior de homens tomava decisões baseadas em princípios racionais, universais e lógicos-dedutivos, enquanto as mulheres, decidiam a partir de princípios baseados na experiência singular, com uma abordagem contextual e também preocupando-se com a manutenção da relação, já era um retrato da nossa organização social. 2- Estudos acadêmicos olharem para essa constatação e apresentarem o raciocínio lógico-dedutivo como superior, e não o baseado nas relações, é mais um reflexo desse sistema sexo/gênero hegemônico e da sua perversão. Naquele contexto, não foi questionado o porquê havia um número maior de mulheres do que de homens pensando de maneira relacional. Sobre esse fato, faço um parêntese para evidenciar a importância da Sociologia que, por princípio, ao se interessar pelos fenômenos sociais, fará esse tipo de questionamento e, por consequência mostrará as relações sociais que culminam na diferença apresentada e nas opressões que elas refletem. É dessa forma que, deixamos de lado a ideia de determinismo biológico, da disposição natural à fazer algo, do instinto e apontamos para as diferenças entre aquilo que é atribuído ao masculino e ao feminino na forma como somos educados. Na trajetória da perspectiva do Care, é o que relatamos como a passagem do care como uma predisposição para uma atividade, evidenciando-o como algo que se aprende e é influenciado pelas condições sociais do indivíduo. Dessa forma, chegamos ao ponto 3- a politização do care e denuncia-se, não apenas as desigualdades da relação social sexo/gênero, mas também o de classe e o de raça.

GISELE ALMEIDA: Atualmente, tem sido bastante considerada a perspectiva interseccional, que combina as vias de opressão trazidas pela classe/raça/gênero. Qual a

maior contribuição, na tua concepção, que a teoria do Care pode trazer para uma pesquisa que pense sobre as experiências das mulheres de forma interseccional?

MICHELLE REDONDO: Ao meu ver, a grande contribuição da perspectiva do Care para pensar as experiências das mulheres de forma interseccional está exatamente na sua proposta de base que é colocar o cuidado e o cuidar no centro da nossa organização social. Uma das formas para que isso ocorra é perguntar: “Quem cuida do que e como?”. O que quero dizer é que esta pergunta também vai nos apresentar a classe, a raça e o gênero de quem realiza os cuidados e, portanto, notaremos que a experiência do cuidar e do cuidado é atravessada por essas relações sociais. Como desdobramento desse questionamento/raciocínio, eu proponho a “medida do cuidar e do cuidado”. Isso quer dizer que a quantidade de pessoas que cuidam de você, que te prestam serviços, retrata o seu lugar na pirâmide social, os seus privilégios. Todos nós precisamos de cuidados. Mas, quem pode usufruir dos serviços de uma cozinheira, de uma passadeira, de uma copeira, de uma faxineira e de uma babá? Quem pode contar com uma faxineira e com uma babá? Quem na sua velhice ou na velhice dos seus próximos pode pagar por uma cuidadora ou por uma enfermeira? Quem não pode contar com nada disso? No retrato social que temos no Brasil, sabemos que as famílias que usufruem da possibilidade de pagar por esse tipo de serviço são compostas, na maioria das vezes, por brancos; enquanto as mulheres negras, se organizam de outra maneira para atender as demandas do mercado de trabalho. Inclusive, na maioria dos casos, são elas as “cuidadoras” dessas famílias brancas. Então, é fato que os serviços recebidos em nome do cuidar e o cuidado nos permitem “medir” as diferenças entre os grupos sociais. Todos nós precisamos de cuidado, mas como isso se materializa nas nossas vidas é reflexo das nossas diferenças sociais. Assim, a perspectiva do Care, ao colocar o cuidado e o cuidar no centro da análise sociológica, retrata as diferenças entre as mulheres (para quem via de regra o cuidado é designado).

GISELE ALMEIDA: Na tua tese de doutorado, intitulada “Trajectoires du care : de jeune fille au pair à nounou”, você analisa um “percurso” bastante comum de jovens mulheres que foram/vão para a França pelo programa de intercâmbio au pair e depois desvinculam-se do programa para trabalharem como babás. Poderia comentar o que esta trajetória te revelou sobre o trabalho do care?

MICHELLE REDONDO: Revelou uma das razões pelas quais o trabalho do care não é reconhecido: a nossa dificuldade em se identificar com os socialmente (mais) vulneráveis. Com foco no campo da pesquisa, e em outras palavras, a pesquisa revelou que temos uma dificuldade de nos identificar como trabalhadoras do care e essa dificuldade influencia no não reconhecimento do trabalho por elas realizado, pois ela é um dos fatores que mantêm esse tipo de trabalho invisível. Como você bem disse, o programa au pair é um programa de intercâmbio. É assim que ele é divulgado, e eu gosto de dizer, que é assim que ele é vendido. Vende-se a ideia de intercâmbio, no entanto é preciso considerar a existência do “mercado do care”. Este mercado, no qual os países desenvolvidos recebem mão-de-obra de outros

países para a realização de trabalhos do cuidar e do cuidado, é o contexto no qual o programa au pair está inserido, e portanto, se desenvolve. Neste contexto, o programa au pair também é uma resposta à necessidade de mão de obra, sem que ela seja assim nominada. Isto não quer dizer que as pessoas que participam do programa não sabem que irão cuidar de crianças, que estarão retribuindo a hospedagem e a alimentação que recebem com o cuidado dos filhos do casal. Mas, elas fazem isso imersas em um discurso que as afastam da ideia de serem trabalhadoras domésticas. Esse discurso se constrói pela forma já conhecida de invisibilizar o trabalho do cuidado e do cuidar: o afeto imerso na ideia de família. Dentro desta lógica, a pessoa será recebida/tratada como um membro da família, ela realizará tarefas domésticas como outro membro da família deveria fazer. Não é por acaso que não se recebe um salário por parte da família, mas sim uma mesada, e, que, portanto, as nomenclaturas utilizadas não são babá ou patrões, mas sim “au pair” e família de acolhida. Além disso, as participantes do programa partem para estudar e não para trabalhar, como eu disse, o cuidar das crianças é apenas uma forma “natural” de estar com a família. Portanto, o programa au pair consegue suas adeptas sem dizer que as participantes são trabalhadoras domésticas. Esse fato já mostra que há um interesse em se distinguir desse tipo de trabalhadora. Essa resistência em ser vista como trabalhadora doméstica poderia ser contestada, uma vez que as garotas passam a realizar o trabalho de cuidar de crianças sem o discurso “au pair” para camuflá-lo. Mas, a pesquisa sobre as trajetórias das imigrantes au pair que passam a realizar a mesma atividade fora do programa, mostra a sutileza das representações sociais e confirma o interesse em se distinguir das trabalhadoras domésticas. Nesse sentido, vemos outro aspecto que o estudo sobre au pair nos aponta: quando um grupo que não faz parte das representações das trabalhadoras domésticas realiza o mesmo serviço que elas, as pessoas e a atividade exercida recebem outras nomenclaturas. Para melhor compreender como o estudo da trajetória de “au pair à nounou” revelou nossa dificuldade de se identificar com os mais socialmente vulneráveis é preciso considerar três aspectos. Em primeiro lugar, como vimos, as brasileiras estudadas não chegam na França como trabalhadoras imigrantes, mas estudantes; em segundo lugar, é importante evidenciar que no Brasil, de acordo com as tendências sociológicas, estas brasileiras não trabalhariam como domésticas e, em terceiro lugar, elas encontram na França um grupo de mulheres que cuidam de crianças que são diferentes das representações das trabalhadoras domésticas brasileiras: as estudantes. Isso não quer dizer que no Brasil, não haja pessoas que cuidam de crianças e estudem ao mesmo tempo, no entanto, na França é comum estudantes cuidarem de crianças. Faz parte de uma gama de trabalhos nomeados de *job étudiant* (trabalho de estudante). Ao considerar o caso das imigrantes estudantes-brasileiras e as condições apresentadas, eu categorizei esse tipo de emprego como “trabalho-vetor”, aquele que leva a pessoa de um lugar para outro. Ser trabalhadora doméstica não é o destino dessas brasileiras, pois desde as suas origens no Brasil elas não fazem parte do grupo socialmente designado como o de trabalhadoras domésticas. Portanto, as participantes do programa “au pair” possuem uma trajetória que as mantém distantes da representação das trabalhadoras domésticas. Elas são estudantes que continuam a realizar a mesma atividade que as trouxeram à França, mas diferente das babás (convencionais) que elas conhecem no seu país e que encontram na França, elas não realizam

esse trabalho de maneira integral ou por “destino social”. Neste contexto, elas continuam a se distinguir das trabalhadoras domésticas e prezam por isso. Com essa constatação, afirmei que temos uma dificuldade de nos identificarmos com e como os mais socialmente vulneráveis. Essa nossa dificuldade, mantém, por muitas vezes, o trabalho invisível (como é também o caso das mulheres que cuidam da casa e dos filhos) e certamente aumenta a dificuldade de reconhecer o trabalho do care. A estudiosa americana Joan Tronto apresenta a dificuldade de se reconhecer vulnerável como um dos fatores para o não reconhecimento do trabalho do care. Ela diz que por não querermos nos ver como vulneráveis, não reconhecemos que precisamos do outro e isto faz com que não valorizemos o trabalho que nos é dedicado. Tronto está falando da vulnerabilidade ontológica, aquela que nos é intrínseca enquanto seres humanos. O estudo sobre a trajetória de au pair à nounou me permitiu trabalhar com a vulnerabilidade no seu sentido social, aquela que se apresenta devido às forças sociais que nos distinguem. Assim, foi possível afirmar que a dificuldade de se reconhecer vulnerável, enquanto seres humanos, se soma a dificuldade de se reconhecer socialmente vulnerável e, ambas fazem parte de um sistema de dificuldades para o reconhecimento do trabalho do care.

GISELE ALMEIDA: A pandemia de Covid-19 nos trouxe desafios pessoais e intelectuais incontornáveis. Do ponto de vista das tuas pesquisas, como você mesma analisou, ela evidenciou que o trabalho doméstico é essencial. Este reconhecimento foi positivo? Em termos da luta contra as desigualdades de gênero, há alguma reverberação política que você tenha notado?

MICHELLE REDONDO: O reconhecimento (em si) do trabalho doméstico como essencial é positivo, no entanto levando em conta o contexto da pandemia se torna algo difícil de se comemorar. Dizer para as trabalhadoras domésticas que seu trabalho é essencial e, por isso, elas devem arriscar sua saúde para assegurar a organização cotidiana dos seus padrões é dizer que suas vidas valem menos do que o conforto que entregam às famílias para as quais trabalham. É evidente que considerando a interdependência na qual vivemos e o quanto o trabalho doméstico é essencial, pensar que um médico, que necessita ir trabalhar durante a pandemia, precisa de ajuda na sua casa faz sentido. No entanto, quando tomamos em conta o salário de um médico, sua condição de vida, em especial o acesso aos serviços de saúde, e os comparamos com o de uma empregada doméstica, notamos que há uma GRANDE diferença entre esses dois profissionais. Estas diferenças, além de servirem para ilustrar a ideia de vulnerabilidade social, nos ajudam a refletir sobre a falta de empenho para diminuir as injustiças sociais. Ou seja, embora nossa vulnerabilidade ontológica estivesse sendo colocada em evidência com o vírus transmissor da Covid-19 e, a priori, todos poderiam ser atingidos por ele, esse fato toma outras proporções devido à vulnerabilidade social que nos diferencia uns dos outros. Para diminuir essa vulnerabilidade poderiam ser discutidas as condições de trabalho e o quanto as empregadas domésticas recebiam para arriscar suas vidas indo trabalhar para aqueles que ganham mais do que elas, e isso não foi feito. Além disso, embora o exemplo dos médicos (enquanto trabalhadores essenciais) tenha

sido usado para elucidar o quanto era fundamental as trabalhadoras domésticas continuarem a trabalhar, sabe-se que mesmo as famílias que não são compostas por trabalhadores essenciais queriam continuar a receber os serviços domésticos. Assim, definir o trabalho doméstico como essencial no contexto da pandemia foi um reflexo da nossa herança escravocrata e das desigualdades sociais que as culminaram. Em termos da luta contra as desigualdades de gênero e a reverberação política desse momento da pandemia, eu acredito que o interesse do governo federal em construir uma política integral de cuidados é um exemplo. Não que seja uma relação direta de causa e efeito, nem sei se dentro de uma luta há como se fazer esse tipo de associação, mas certamente, dentro de um processo de luta, quando uma verdade é escancarada (e a essencialidade dos cuidados foi escancarada pela pandemia), há um desdobramento de eventos que a levam em conta. Dessa forma, ao saber que o governo tem o objetivo de elaborar um plano nacional de cuidados e uma política nacional de cuidados, não posso deixar de pensar que isso tem relação com nossa experiência durante a pandemia e a evidência da importância do(s) cuidado(s) nas nossas vidas. A temática da prova do ENEM, que seleciona quem entrará na universidade, é outro exemplo da tentativa de colocar em evidência o trabalho invisível realizado por milhares de pessoas.

GISELE ALMEIDA: Por último, gostaria que você falasse um pouco do projeto que resultou na publicação do livro “Prosas feministas em tempos de pandemia” que você, juntamente com Ana Elisa Cruz Corrêa e Luciana Henrique da Silva organizaram. Como foi que nasceu a ideia do livro?

MICHELLE REDONDO: A ideia do livro nasceu da vontade de unir em outro formato aquilo que a gente discutiu em *live* durante a pandemia no canal que fizemos no YouTube chamado Prosas Feministas. Também posso dizer que o livro é resultado da amizade que tenho com Ana Elisa Cruz Corrêa e o cuidado que temos uma com a outra. Cuidado este que se expandiu para outras pessoas, em especial à Luciana Henrique da Silva, e que uniu nossos interesses em comum. Tudo começou com uma conversa por videochamada na qual a Ana Elisa e eu falávamos sobre os acontecimentos que envolviam as trabalhadoras domésticas no Brasil e a Covid-19. Ana é uma estudiosa marxista-feminista e, portanto, dividimos as angústias sobre as condições das trabalhadoras, sobre as desigualdades de classe e sobre como poderíamos fazer algo para refletir a respeito das condições sociais que nos envolvem. Mesmo que nossos estudos tivessem nos preparado para saber que a luta de classes não teria trégua NEM em um contexto pandêmico, estávamos inconformadas com a insensibilidade que podíamos ver na relação entre patrões e trabalhadoras domésticas no Brasil. As reflexões sobre o que acontecia no público também se viam no privado e, vice-versa, atravessavam nossa discussão e nos levavam a questionar como aquela conversa privada poderia se tornar pública. Assim, entramos naquilo que estava acontecendo no momento, as “*lives*”, dentro de um projeto de extensão. Foi como uma espécie de contra-ponto para tentar fazer algo dentro dessa dinâmica público/privado e também exercer nosso papel como professoras/pesquisadoras para além dos muros institucionais. A ideia era que fossem prosas como estávamos fazendo entre a gente e que, dessa maneira, fizéssemos a articulação prática

do conhecimento científico com as necessidades da comunidade. A Ana Elisa e a Luciana orientavam estudantes que fizeram parte do projeto. Entre junho de 2020 e setembro de 2021 foram realizados oito encontros virtuais. Foi uma experiência muito enriquecedora e, completamente nova para mim. Sair do privado, ou da sala de aula para discutir as coisas em *live* não é um processo instantâneo, envolve todo um aprendizado. Naquele momento, era uma novidade e foi um grande desafio. Uma vez terminado o ciclo das *lives*, surgiu a necessidade de “organizar” todas aquelas discussões de maneira mais acessível para quem se interessa pelo assunto. O tempo dedicado a assistir uma *live*, não é o mesmo que o de ler um artigo, e a forma como as ideias são apresentadas no artigo se encadeiam de maneira diferente de uma *live*. Transformar nossas *lives* em artigos era como apresentar à sociedade o resultado documental daquela experiência e facilitar o seu acesso. Foi assim que, em parceria com o marxismo²¹ surgiu o e-book: “Prosas feministas em tempo de Pandemia”. Nele falamos sobre o care, a interseccionalidade, o feminismo e sobre a produção de autoras importantes para essas temáticas como Sílvia Federici, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Roswitha Scholz, Helena Hirata, entre outras. Nós contamos com a participação de autoras brasileiras e francesas, professoras e estudantes. É uma produção internacional e não-hierárquica, e eu o vejo como algo positivo que a gente fez daquele momento tão duro, que mostrou tantas injustiças. Ele pode ser acessado gratuitamente pelo link: <https://marxismo21.org/prosas-feministas-em-tempos-de-pandemia/>